



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 17.110/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Pub. de Poço José de Moura, **Sr. Anderson da Silva Nascimento**, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a *Sr^a Maria do Socorro Fernandes Barbosa*, matrícula nº 10032-2, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal da Educação, que contava, à época do ato, com 6.737 dias de tempo de serviço e idade de 60 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1^a Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 015/19] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 17.110/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria do Socorro Fernandes Barbosa*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Pub. de Poço José de Moura

Gestor Responsável: **Anderson da Silva Nascimento**

Procurador/Patrono: Não há

Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2.031/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 17.110/19** referente Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais da *Sr^a Maria do Socorro Fernandes Barbosa*, matrícula nº 10032-2, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal da Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 015/19], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 31 de outubro de 2019.

Assinado 31 de Outubro de 2019 às 12:20



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 31 de Outubro de 2019 às 12:07



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 1 de Novembro de 2019 às 10:17



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO